ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 28-9-2020.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Engo Comassetto, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Clàudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Idenir Cecchim, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mendes Ribeiro, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Adeli Sell. Às quatorze horas e quarenta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 012/20 (Processo nº 0226/20), por dezenove votos SIM, dez votos NÃO e uma ABSTENCÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Clàudio Janta, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, votado Não Alvoni Medina, Comandante Nádia, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mendes Ribeiro, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 208/19 (Processo nº 0458/19), por trinta votos SIM, após ser discutido por Mendes Ribeiro e Cassiá Carpes e encaminhado à votação por João Bosco Vaz, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Clàudio Janta, Comandante Nádia, Engo Comassetto, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Às quinze horas e dez minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudia Araújo, Felipe Camozzato e Adeli Sell. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Cassiá Carpes e Karen Santos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Engo Comassetto. As quinze horas e trinta e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e dois vereadores presentes.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Havendo quórum, passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Boa tarde colegas, senhoras e senhores que nos assistem pela TVCâmara, que nos acompanham pelas redes sociais e que nos escutam pela Rádio Web. Vou falar de transporte público em Porto Alegre. É impressionante como a ATP, nesta discussão do chamado subsídio, que acabou de ganhar um prêmio de loteria sem ter jogado. Há poucos meses, mais especificamente no dia 25 de maio, diante do anúncio unilateral da suspensão de 12 linhas – linhas importantes, diga-se de passagem –, enviamos ao Ministério Público de Contas um arrazoado técnico-jurídico mostrando as afrontas praticadas pela ATP, afrontas ao direito e ao processo licitatório que foi feito há pouco tempo, com o beneplácito total da atual gestão. Isso aconteceu no momento em que nós estávamos vivendo a pandemia, era o momento gravíssimo, em que se esperava, exatamente naqueles dias, o pico da pandemia.

O prefeito mandou vários projetos para a Câmara; foi derrotado num projeto dos cobradores – que depois eu vou retomar. Um dos projetos que ele nos enviou versa, exatamente, sobre a facilitação dos subsídios às empresas, item que não constou no processo licitatório e que eu estou comentando. As sessões convocadas de forma extraordinária não surtiram os efeitos desejados pelo titular do Paço Municipal, porque a maioria soberana desta Casa Legislativa não deu quórum regimental para as votações nos derradeiros dias do mês de janeiro. Em fevereiro, o prefeito não logrou sorte em votá-los, ou melhor, logrou sorte em votar, sim, mas não logrou sorte em aprová-los, inclusive saiu derrotado com o seu intuito de retirar, paulatinamente, os cobradores, que nós chamamos de auxiliares do atual *modus operandi* dos coletivos. Eu não vou aqui entrar na história da trajetória do transporte coletivo da nossa cidade, mas quero lembrar que nós tivemos bondes, bondes puxados a cavalo, bondes em geral, tivemos trólebus, e, no dia 8 de março de 1970, fatidicamente o último bonde parou no terminal da Praça XV e, de lá para cá, começou exatamente o fim da modernidade em Porto Alegre.

Eu quero passar alguns números do transporte coletivo para as senhoras e os senhores. Segundo a própria EPTC, em 2012, foram transportados 328 mil passageiros;

em 2019, 233 mil, ou seja, perdemos 96 mil passageiros/ano. Dizem: "Ah, porque tem problemas dos isentos". Os isentos de 2012 eram 25%, os de 2019 eram 31%, nós perdemos o triplo de passageiros, portanto não há uma discussão única sobre essa questão. Mas eu quero falar sobre a licitação. Depois de realizada a licitação – houve um conjunto de manobras, teve momentos que ela foi deserta, outros momentos não -, surge um contrato entre as partes, que, no Direito Civil Brasileiro, a gente usa uma expressão latina pacta sunt servanda – é um pacto, um contrato entre as partes. Bom, esse contrato já foi rompido, desmantelado várias vezes, várias vezes! Eu vou entrar nessa questão e mostrar para as senhoras e os senhores, para o público de Porto Alegre que nos assiste e acompanha, que houve fraude à licitação. Se logo em seguida o prefeito tira – porque fez votar e conseguiu maioria – a passagem dos aposentados de 60, 65 anos, e isso não estava na licitação; se ele tira a segunda passagem, e isso não estava na licitação, portanto, retroativamente analisando, é uma fraude à licitação, porque outros poderiam ter entrado e ganhado a licitação nessas condições. Há um descumprimento do contrato feito pela ATP, quando ela suspende as linhas; há um rompimento, quando a Prefeitura não fiscaliza e concorda, substituindo várias delas pela nossa Carris, onerando uma empresa pública. O acordo, que agora está sendo anunciado, reverbera as afrontas já apontadas nos casos anteriores que eu acabei de citar. Eles falam, por exemplo, nesse acordo, que os recursos aportados pelo Município serão revertidos em créditos eletrônicos destinados às pessoas inscritas no CadÚnico. Calma! Eu vou passar para os senhores os dados, posteriormente, no nosso grupo de WhatsApp, e vou provar que tem inúmeras pessoas, centenas de milhares de pessoas que têm muita necessidade e que não estão no CadÚnico por várias razões. Por exemplo, vou falar aqui dos catadores. Metade dos catadores, carrinheiros não estão no CadÚnico; moradores de rua, metade deles não está no CadÚnico. A gente viu agora, no recurso emergencial, a quantidade. Como não tenho aqui, e não vai dar tempo para falar sobre todos os dados, eu prometo que mandarei os dados em seguida, para que as senhoras e os senhores possam ver, analisar e sustentar um debate qualificado. A palavra que disse ali "priorizando", sem o devido cumprimento e quais segmentos e números de atendimentos, pode se revestir numa farsa, como tem acontecido com os pronunciamentos em geral do chefe do Executivo.

Depois, diz que "as partes se comprometem a atuar para manter os custos operacionais mais próximos possíveis das receitas auferidas". Mas o que é isso? Não tem parâmetro de mensuração, não tem metrificação nem planilhas que possam explicar, tecnicamente, esse procedimento. Soa muito falso, é outra farsa. Tais medidas não geram custos, logo, não têm necessidade de aporte do erário.

"As concessionárias promoverão a implantação de meios alternativos para pagamento da tarifa". O mundo inteiro já tem, e até talvez isso facilitaria, diminuiria o custo da ATP. Logo, por que botar a mão no dinheiro público? No período de um ano, ou seja, setembro, outubro do ano que vem? Mas quem será governo no ano que vem? Tem uma eleição. Como o prefeito vai fazer um acordo, como é que o Executivo e o Judiciário podem pactuar, podem aceitar um acordo que adentra um outro governo?

"As concessionárias se comprometem, em conjunto com o Município, a criar, no prazo de 180 dias, plano de reestruturação da rede", mas tiveram três anos e meio e não fizeram. Cento e oitenta dias? 90 dias já cai no outro governo. Eu nem vou dizer o que significa isso, para não responder a outro processo.

"As concessionarias se comprometem, em conjunto com o Município, a criar"... de novo? Estão invadindo o próximo exercício.... Também, "em conjunto, as concessionárias, com a prefeitura, para criar serviços complementares e integrar veículos de outros modais". Que modais? Não conseguiram fazer ligação com o trem em três anos e meio, vão fazer com que modal? O transporte fluvial para a zona sul não existe, a solução seria com o trem. Piada, grande piada.

"As concessionarias destinarão as receitas acessórias, como as de publicidade, para fins variados". Gente, tem uma lei municipal, lei especifica que destina para os planos de saúde dos trabalhadores do setor. Quer dizer que agora, o Executivo e o Judiciário derrogam lei do Legislativo? Nós temos que levantar a nossa voz, nós não podemos mais aceitar isso. "As partes se comprometem a estabelecer a concessão de descontos tarifários fora do horário de pico". Mas para isso tem uma proposta legislativa, ainda não a votamos, essa, talvez, seja uma das poucas que o prefeito vai conseguir aprovar. Isso é matéria legislativa e não do Executivo ou do Judiciário. Não se metam de pato a ganso.

"As partes buscarão ampliar, em até 180 dias, os possíveis trajetos com o objetivo de cobrir itinerários prestados exclusivamente pelas lotações." Mas que história é essa? As lotações, em alguns casos, entram em ruas estreitas que os ônibus não vão conseguir entrar. Mas quando a gente propõe que o C1, C2 e C3 se transformem num ônibus pequeno para gastar menos para a Carris, continuam batendo lata pelo Centro Histórico de Porto Alegre. Piada novamente.

"As concessionárias e a Companhia Carris se comprometem, até 180 dias da celebração desse acordo, a regularizar a implementação do circuito fechado de televisão." Ah, pelo amor de Deus, já deveria ter tudo isso pronto, já feito. Disseram que isso estava pronto! Outra mentira, outra farsa.

"O Município se compromete a realizar os índices de qualidade contratualmente fixados com auxílio de auditoria, independente de contratada." Ah, bom, contratar o amigo deles! A fiscalização é de competência da EPTC, senhoras e senhores! Essa é a questão! O que fazer? Todo esse arrazoado, com toda a questão legal... Depois eu vou falar em Comunicação de Líder e vou mostrar o que fará a nossa bancada. A nossa bancada, em uníssono, decidiu, há pouco, numa reunião, sob a minha liderança, com os meus colegas Engº Comassetto, Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa, junto comigo, Adeli Sell, líder da bancada, e nós vamos aos órgãos de fiscalização, aos órgãos que têm que olhar sobre a licitude ou ilicitude das coisas públicas. Os órgãos de controle serão por nós acessados. O que nós deveríamos estar discutindo? Os problemas atuais, sim, dizem que vão resolver o problema das linhas faltantes durante a pandemia. O T12- A deixa as pessoas descobertas nas primeiras horas da manhã, às 5h, 5h15min, 5h30min e 5h45min; o pessoal fica a deus-dará.

Quem mora na Hípica, neste trecho, principalmente, entre a entrada da Restinga e saída da Restinga, para quem vem até a Av. Juca Batista, fica horas nas paradas de ônibus. Não diferente está a Costa Gama, mas eu também posso falar da Zona Norte, eu posso falar da barbaridade de como as pessoas são tratadas no Recanto do Sabiá. No Timbauva, as pessoas são apertadas dentro de um ônibus que as larga em seguida no Rubem Berta para daí pegar outro ônibus para o Centro.

Minhas senhoras e meus senhores, concluo aqui, agradecendo por esse espaço e àqueles que me escutaram atentamente. Em seguida eu passo os dados do CadÚnico de Porto Alegre, pois verdadeiros são meus dados e não mentirosos como os da Prefeitura. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Então encerramos o período de Grande Expediente. Passamos à verificação de quórum para entrarmos na Ordem do Dia. Pergunto se haverá alguma Comunicação de Líder.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há registros. Antes eu gostaria de dar uma informação a todos: em razão de estar sem telefone celular, eu não estou conseguindo acessar mensagens pelo Whatsapp, eu pediria que toda e qualquer mensagem fosse encaminhada aqui pelo *chat*, por favor.

Passamos à chamada nominal para verificação de quórum para a Ordem do Dia. (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e seis vereadores presentes, Sr. Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB) – às 14h42min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte; encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0226/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 012/20, que autoriza a Companhia Carris Porto-Alegrense (Carris) a contratar operação de crédito com instituição financeira, com a garantia do Poder Executivo Municipal, até o valor de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) e dá outras providências. (SEI 118.00115/2020-20)

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 16-09-20 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em discussão o PLE nº 012/20. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Solicito que o diretor Luiz Afonso de Melo Peres proceda à chamada para votação nominal.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLE nº 012/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**, 10 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Declaro aprovado o PLE nº 012/20. Dr. Luiz Afonso, por favor, qual é o próximo projeto?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A próxima matéria em discussão é o PLL nº 208/19, Sr. Presidente.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte; encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0458/19 – **PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO** Nº 208/19, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que destina, junto ao Trecho 3 da Orla do Guaíba, espaço para construção de quadra poliesportiva com acessibilidade, adaptada para modalidades paradesportivas e para o lazer de pessoas com deficiência. (**SEI 004.00032/2020-63**)

Parecer:

- da **CCJ.** Relator Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 22-07-20 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em discussão o PLL nº 208/19. (Pausa.) O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Boa tarde, Presidente Paulo Brum, boa tarde colegas vereadores e público que nos acompanha. Esse é um projeto muito importante, e quero cumprimentar o Ver. João Bosco Vaz pela sua autoria. Esse projeto foi um daqueles para o qual o Executivo, de forma absurda, pediu audiência

pública. Por isso, não votamos, até então, esse projeto extremamente importante para a cidade. Esse projeto vem sanar um problema terrível no projeto arquitetônico desta obra. E, convenhamos, se com lei já não cumprem essas necessidades de inclusão, imagina sem lei. Então, fez muito bem o Ver. João Bosco Vaz em fazer uma lei obrigando que tenha uma quadra com acessibilidade, para que as pessoas possam desfrutar deste espaço tão importante para a cidade de Porto Alegre. Eu acompanho este projeto, vou votar "sim" e peço que os vereadores, também, apoiem esse projeto que é, extremamente, importante para aquelas pessoas que necessitam ter uma quadra especial para, também, ter atividade e usufruir deste espaço público riquíssimo para a cidade de Porto Alegre. A gente tem que incluir e não excluir. O projeto é muito bom, chegou em boa hora, é uma lei extremamente importante, e nós teremos que fiscalizar e fazer cumprir essa importante lei que vamos aprovar na tarde de hoje. Era isso, Sr. Presidente. Uma boa tarde, e, se Deus quiser, se os vereadores pensarem e refletirem a importância desta lei, vamos aprovar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 208/19.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente Paulo Brum, comandando os trabalhos, demais vereadores, vereadoras, vou ser sucinto. Eu e o Ver. Bosco nos conhecemos bem, fui secretário da SMOV; ele, da Secretaria dos Esportes, sempre preocupado com os esportes, fizemos grandes parcerias, quando secretários do governo Fogaça. Iluminamos o estádio do Parque Marinha do Brasil, iluminamos o Ramiro Souto, fizemos várias parcerias para o bem da cidade. Mais uma vez uma bela ideia, destinar, junto ao trecho três da Orla do Guaíba, espaço para a construção da quadra poliesportiva com acessibilidade, adaptada a modalidades paradesportivas e para o lazer de pessoas deficientes. São 27 quadras que serão construídas. Uma, Ver. João Bosco, V. Exa. destinou para este tipo de esporte. Nada melhor do que isso, todos têm oportunidade. E ali será uma grande oportunidade de ampararmos essas pessoas que, por uma desventura na vida, tenham oportunidade. São lutadores, o Brasil tem medalhas, têm know how internacional, tem grandes conquistas nas Olimpíadas neste nível. Nada melhor que contemplar a nossa cidade. Nós vamos acompanhar essa ideia do Ver. João Bosco, todos juntos, porque, sem dúvida, é uma ideia muito boa para o futuro de pessoas lutadoras, que, às vezes, não conseguem fazer alguma coisa, mas o fazem com uma virtude impressionante, e têm que ter o seu espaço. Parabéns, Ver. João Bosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. Não há mais quem queira discutir. Em votação o PLL nº 208/19. (Pausa.) O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, este é um projeto muito simples, que não traz nenhum tipo de custo ao governo municipal, porque as 27 quadras estão sendo construídas, o problema é que nenhuma dessas 27 quadras tem acessibilidade para que as pessoas com deficiência, os PSDs, possam praticar o seu esporte. Levei essa preocupação ao Sr. Prefeito, no ano passado, depois, levei essa preocupação à Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte, onde há uma coordenação para esse segmento. Mas frente às dificuldades e o pouco interesse, eu resolvi apresentar esse projeto que dá a segurança e a garantia para o cadeirante, por exemplo, praticar o seu esporte, jogar o seu basquete, para que os cegos possam jogar o seu futebol. Então basta apenas a acessibilidade, estou reservando. Esse é o intuito deste projeto: reservar uma das quadras para que ela tenha acessibilidade para a prática esportiva para as pessoas com deficiência, repito, sem custo nenhum para o governo municipal, porque as 27quadras já estão sendo construídas. E como o Ver. Mendes Ribeiro lembrou, houve um erro nesse projeto básico, não foi ouvida a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes. E aí, um funcionário da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes pediu uma audiência pública, mas acabou desistindo da audiência pública, porque ele também é PCD e viu que o projeto é um projeto simples que vai beneficiar a todos. Peço o voto das Sras. Vereadoras, dos Srs. Vereadores, e agradeço, Sr. Presidente, pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. Não há mais quem queira encaminhar a matéria.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLL nº 208/19. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM**.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Declaro aprovado o PLL nº 208/19.

Por ser Presidente, não pude votar, mas declaro ao meu amigo Ver. João Bosco Vaz que sou totalmente favorável a esse projeto, até porque, na Tribuna Popular, o diretor de acessibilidade e inclusão de Porto Alegre nos deu a garantia de que seriam duas quadras e não uma. Portanto, o prefeito não ouviu nem o seu diretor. É lamentável, mas a Câmara, através da proposição do Ver. João Bosco Vaz está corrigindo essa falha gravíssima aqui em Porto Alegre. Parabéns, Ver. João Bosco.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Muito obrigado, Paulo Brum. Posso jogar um churrasco aí, que ele vai vetar o projeto.

VEREADOR CLÀUDIO JANTA (SD): Quero dar os parabéns ao Bosco, é um projeto de extrema relevância para as pessoas com deficiência na cidade de Porto Alegre, faz uma orla realmente inclusiva. Eu votei "sim".

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Parabenizo o Bosco, votei "sim".

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Parabéns, Ver. João Bosco, pelo projeto. Eu votei "sim".

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Cumprimento o Ver. Bosco, realmente há deficiência de espaços especiais para cadeirantes, para pessoas portadoras de necessidades especiais em Porto Alegre. Parabéns, vereador, votei "sim".

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Parabéns, Bosco, e quero ter o prazer de, quando o pessoal estiver utilizando, eu poder dizer que foi o Bosco que fez o projeto. Meus parabéns. Votei "sim".

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Parabenizo o Ver. João Bosco Vaz pela proposição e votei "sim".

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PTB): Parabéns pela iniciativa, pelo projeto meritório, a cidade merece e votei "sim".

VEREADOR FARID GERMANO FILHO (DEM): Gol de placa, Bosco, parabéns. Votei "sim".

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Tive a honra de ser o relator na Comissão de Constituição e Justiça e votei "sim", parabenizando o autor. Baita projeto. Parabéns, João Bosco Vaz.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Votei "sim", Luiz Afonso, parabéns, Bosco.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, não temos mais matéria para a Ordem do Dia.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB) – às 15h10min: Encerrada a Ordem do Dia.

A Ver.ª Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, colegas Vereadores, eu só queria trazer duas manifestações aqui que eu gostaria de deixar registradas. A primeira delas é que eu gostaria de agradecer à Ver.ª Mônica, que foi muita atenciosa ontem. Desde às seis horas da manhã, nós estávamos sem luz no meu bairro e ela conseguiu, por meio da ajuda de um amigo, que a luz fosse religada. Nós temos pacientes acamados no nosso bairro e a situação estava bem difícil. Então, quero deixar meu agradecimento à Ver.ª Mônica pela ajuda e pelo apoio que ela nos deu ontem na comunidade.

E, por falar em luz, eu gostaria de deixar registrado - eu já falei no grupo dos vereadores e vou falar novamente aqui - que eu fiz uma solicitação, no início do mês de setembro, para que a Câmara fosse iluminada com as cores verde e amarelo, pois o amarelo representa a prevenção do suicídio, mais conhecido como o Setembro Amarelo, e o verde representa a doação de órgãos, mas, infelizmente, apesar de nós termos tido, aqui, a fala da Presidente da Via Vida, que trabalha muito com doação de órgãos, a despeito de a Prefeitura ter iluminado o prédio de verde, bem como o Banrisul que também iluminou seu prédio, nós, que somos considerados como a Casa do Povo, infelizmente estamos encerrando o mês de setembro e não conseguimos iluminar o nosso pórtico. Eu queria deixar registrado o meu lamento e a minha insatisfação com relação a isso. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Olha, a Ver.^a Comandante Nádia diz que a Câmara foi iluminada de verde. Vamos averiguar.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Mas eu, hoje, falei com o Jorge, assessor da Presidência, e ele disse que não.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Vamos fazer essa verificação. Se algum diretor estiver conectado conosco, peço que nos passe a verdade. A Ver.^a Comandante Nádia diz que a Câmara foi iluminada de verde, eu não presenciei, mas vamos tentar verificar isso.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O.k. Obrigada.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Ver. Paulo Brum. Quero cumprimentar todos os colegas Vereadores, em especial, o Ver. Bosco, pelo projeto aprovado. Fiz questão de dar meu voto favorável.

Mas eu gostaria de deixar registrado, nessa fala em liderança, uma justificativa do meu voto no primeiro projeto, do empréstimo da Carris. Eu já havia me

manifestado contrariamente na primeira ocasião, quando teve o primeiro empréstimo, pois acho que a nossa Companhia de Transportes Municipal carece de maior ação em relação aos prejuízos recorrentes. Agora, na pandemia, nós tivemos uma série de dificuldades, também, por conta da demora do poder público municipal, do Executivo, desde o início do mandato, para resolver o nosso sistema do transporte coletivo, que tem graves no edital que estamos vigorando e que, infelizmente, acarreta (Problemas na conexão.) e também ao cidadão, que vê cada vez mais a passagem aumentando. Eu não acho que o cidadão de Porto Alegre tenha que ser punido pelo maior endividamento para fazer aquisição de ônibus, seja porque a lei determina, seja porque a gente mantém uma estatal ainda cheia de problemas, operando, por conta, inclusive, de uma promessa do Prefeito Marchezan na sua campanha anterior, qual seja, de resolver o problema da Carris, de sanear a empresa, quem sabe, inclusive, desestatizá-la, o que não foi cumprido, pelo menos, não até aqui. Então, eu me sinto à vontade de votar "não", para não mais deixar o cidadão ficar endividado para manter essa empresa funcionando (Problemas na conexão.) Então, eu encerro aqui e cumprimento todos os colegas vereadores (Problemas na conexão.)

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Gostaria de registrar a presença do Ver. Dr. Goulart.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Falo aqui em nome da Bancada do PT, dos Vereadores Oliboni, Sgarbossa e Comassetto, e quero levantar aqui a dramática situação em que vivem as pessoas na Vila Pampa, muito próximo à Arena do Grêmio, que, há sete anos, estão em casa de passagem. Eles já deveriam, há anos, ter sido colocados, isso já era da gestão passada; a gestão passada, de forma incompetente, não resolveu o problema, e esta, mais incompetente ainda, com o passar do tempo, não resolveu o problema. Posso mandar fotos para as senhoras e os senhores verificarem a situação em que vivem, com uma indignidade total e absoluta, aquelas famílias naquelas casinhas de passagem caindo aos pedaços, entrando vento, chuva, o assoalho todo quebrado, os banheiros não funcionam. As pessoas vivem abaixo, muito abaixo da linha de miséria absoluta, e o poder público não toma medidas. Várias vezes, tentei acionar o DEMHAB, mas o DEMHAB, que parecia prometer e resolver todas as questões de habitação popular em Porto Alegre, não resolve o problema de algumas casas de passagem ali, na entrada da cidade. Isso é uma afronta, porque, de um lado, você vê um gigantesco estádio de futebol, maravilhoso; de outro lado, você vê a miséria das vilas em geral. Quem entrar lá nas vilas pode verificar a maneira como vivem aquelas pessoas. Acabo de fazer um pedido de providências com 38 fotos, para que se mostre, de uma forma chocante, para a Prefeitura, para ver se algum burocrata do DEMHAB se

acorda e vai lá verificar essa situação. Eu quero deixar registrado para as senhoras e os senhores o que se passa na Vila Pampa, como também se passa em outros bairros de Porto Alegre, em outras comunidades. Recentemente, o pessoal da Nazaré foi trazido, alguns, inclusive, a *manu militari*, para o Condomínio Maristas, lá no Timbaúva, na beira da Vila Recanto do Sabiá, o lugar mais pobre e miserável de Porto Alegre, e uma tal de lagoa de decantação não funciona, as máquinas não funcionam, transbordou esgoto puro, uma fedentina, invadiu todo o Recanto do Sabiá, colocando aquelas famílias numa situação de saúde pública periclitante. Portanto, quero aqui fazer o registro de que a miserabilidade, ela é invisível para este governo, já era um tanto quanto invisível para o governo anterior. No caso da Pampa e do Recanto do Sabiá, é visível, como também os alagamentos na cidade. Eu já citei dias atrás aqui, a situação que em vivem (Problemas na conexão.) Minhas senhoras e meus senhores, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, sob a minha liderança, Adeli Sell, e meus colegas Oliboni, Sgarbossa e Comassetto, falei aqui.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. Diretor Luiz Afonso, mais alguma inscrição em liderança?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Até agora, não.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo novamente, Ver. Paulo Brum. Quero aproveitar este momento do expediente, hoje prestei atenção no debate e vi alguns candidatos que foram lá só para dizer o seguinte: fora, Bolsonaro; Lula dois mil e não sei quanto. Lula já foi preso, está solto, mas não pode concorrer. Uns papos furados, ou seja, ao invés de discutir a cidade, os problemas da cidade, foram lá fazer chacota, brincar, não acrescentar nada. Partidos, inclusive, muitas vezes, que não têm nem horário de televisão e nem horário de rádio, ou seja, não fizeram bancada federal. Lamentavelmente, estão levando esses também para participar dos programas, que não deixam concluir os debates, não têm uma ideia sobre a cidade, não conhecem a cidade, muitas vezes classistas, sindicalistas, que, na realidade, entraram no partido para ficar lá na televisão, no rádio, falando bobagem. Na realidade, a campanha não começou bem no meu entender. Não dá tempo daqueles que querem realmente discutir a cidade, resolver seus problemas, que não é o Legislativo, não somos nós, nós fizemos a nossa parte, quem executa é o Executivo. Nós podemos reivindicar, lutar, fazer

projetos, mas, assim mesmo, se nós fizermos um projeto, tem que chegar lá na Prefeitura e tem que ser regulamentado, e, muitas vezes, na maioria das vezes, não é regulamentado.

Hoje também, na Câmara, quando fui ver os documentos da abertura da minha conta – até hoje não fiz nada de panfletagem, porque estou esperando para nós fazermos, mas já estou com a conta legalizada, já estou com o CNPJ, já depositei um dinheiro da minha conta lá, para abrir -, vi gente com panfletos, coisa marcada, "fora isso", "sou candidato daquilo", Ver. João Bosco, e não tem nem a conta aberta. Que mágica é essa? Como é que a pessoa vai fazer publicidade, se não tem a conta aberta? Foram lá abrir, mas chegaram lá fantasiados, esses partidos de esquerda radical, fantasiados, cheios de publicidade e iam abrir a conta. Eu fiquei impressionado. Como é que faz campanha antes, tem panfletos antes, tem adesivos antes de abrir a conta? Isso não existe. É por isso que a política não é levada a sério. Gente despreparada que quer ser candidato. Gente despreparada, que de cabo eleitoral vira candidato. Vamos ser sinceros aqui, para quem está nos escutando em casa: vai ter entre 700 e 800 candidatos, mas quem concorre às 36 vagas são 100 mais ou menos, e olhe lá, o resto é para arrumar emprego, para incomodar, para mentir, para prometer para o cidadão que vai fazer até posto de saúde no seu bairro. Isso não existe! Infelizmente é isso! E já estão fazendo campanha, sem abrir conta. Tem gente que não sabe nem abrir a conta, não sabe nem o CNPJ. Lamentavelmente, começou mal a campanha.

Quero aproveitar também, fiquei sabendo semana passada, pelo senador Luis Carlos Heinze, que, para Porto Alegre, para vocês terem uma ideia, veio só numa pegada mais de R\$ 193 milhões para a saúde nesta pandemia. Fora os penduricalhos, que vêm para várias secretárias. Cento e noventa e três milhões do governo federal! O Fundo Municipal da Saúde, no final de 2019, tinha R\$ 163 milhões, e agora, no final de agosto, R\$ 275 milhões. Olha que tem dinheiro para a saúde, não é?

Quero salientar aqui também, goste ou não goste, mas eu tenho que dizer, porque eu tomei conhecimento agora apenas desses fatos, e a mídia não informa, aqueles R\$ 600,00 foram repassados para mais de 30% da população brasileira. Goste ou não goste do Bolsonaro, essa é a realidade, tem que admitir, ou seja, isso representa mais de 60 milhões de pessoas. O Brasil, 30%; Porto Alegre, 23%, ou seja, é um montante de 326 mil porto-alegrenses, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras. Trezentos e vinte e seis mil porto-alegrenses, 23% da população ganhou dinheiro do governo federal, fora o 13° que já tinha ganho do Minha Casa, Minha Vida. Então, alguns não gostam disso, não querem divulgar isso, mas essa é a realidade, gostem ou não do governo Bolsonaro. Trinta por cento da população brasileira levou esse dinheiro, vai levar mais, e o Rio Grande do Sul, 23% – 326 mil pessoas, a iniciativa da pequena empresa –, 50 bilhões no Rio Grande do Sul levaram para recuperar, ou seja, um juro de 3,25, isso é irrisório, não existe lançamento dessa natureza, ou seja, tem que dar valor sim, gostem ou não do governo Bolsonaro. E olhem que essas coisas que eu estou dizendo aqui, muitos de vocês, tenho certeza, não sabiam, porque isso não é divulgado. Então nós temos que dar o braço a torcer, o que é bom para o Brasil, o que é bom para a população, independentemente do governo, tem que se divulgar. Eu faço questão de divulgar aqui, e são tantas coisas boas, mas infelizmente nós ficamos nessa guerra de esquerda radical e direita radical, isso atrapalha bastante, mas temos que reconhecer, com toda a dificuldade da pandemia, o governo federal, está aí a prova, ajudou muito o Rio Grande do Sul, ajudou muito o Brasil. Obrigado, Presidente, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Presidente Paulo Brum, meus colegas vereadores e vereadoras, quero aqui, em nome da oposição, trazer um tema muito significativo para a cidade de Porto Alegre, que é a reciclagem e os galpões de reciclagem, que estão praticamente abandonados pelo poder público municipal, pela Prefeitura de Porto Alegre, e quero dizer que agora, durante a pandemia, tem o Fundo Municipal de Incentivo à Reciclagem e à Inserção Produtiva de Catadores, são 7 milhões que estão depositados nos cofres da Prefeitura, que o prefeito repasse isso para auxiliar os recicladores da cidade de Porto Alegre, são mais de 15 galpões com mais de 50 famílias em cada um deles. Então, Presidente Paulo Brum, são mais de mil famílias em Porto Alegre que vivem da reciclagem. E nesse momento, nós, da oposição, estamos pedindo: "Prefeito, Marchezan, libere o recurso do Fundo Municipal de Incentivo à Reciclagem, que está depositado, esse dinheiro é dos recicladores, e tem que ser distribuído durante a pandemia para auxiliar as famílias que estão desprotegidas", a maioria mora em vilas irregulares, nas 750 vilas da cidade de Porto Alegre. Enquanto nós estamos dizendo: "Figuem em casa", para ficar em casa tem que ter casa, tem que ter comida, tem que ter saúde. Então, essa é a posição do Ver. Comassetto, em nome da oposição.

E só quero dizer ao Ver. Cassiá que qualquer pré-candidato já poderia ter aberto sua conta com vaquinha há 30 dias, inclusive vou lhe mandar o número da minha conta, que já está aberta há algum tempo, se o senhor quiser contribuir, estamos a sua disposição. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Eng^o Comassetto. A Ver. A Ver. A Ver. a Karen Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Vou utilizar o período de Comunicações para fazer um debate, o debate iniciado pelo Ver. Adeli, falando sobre o transporte coletivo e também sobre a justificativa de volta do Ver. Camozzato, pois acho importante a gente discutir esses empréstimos que estão vindo para a empresa pública que é a Carris. É o segundo empréstimo que vem para esta Casa, pelo menos

neste momento em que eu estou vereadora, neste um ano e nove meses, é o segundo empréstimo que nós votamos aqui nesta Casa; são R\$ 21 milhões e a gente não tem uma dimensão de qual é a taxa de juros desses empréstimos, e me preocupa o endividamento dessa empresa, essa empresa que é importante e que mostrou o seu valor neste momento agora da pandemia que a gente vivenciou, com a exclusão e a extinção de algumas linhas de ônibus, extinção de alguns horários. A Carris foi aquela que acolheu a demanda das comunidades pelo transporte e conseguiu suprir esse problema nesse momento difícil que o nosso povo estava enfrentando e que precisava se deslocar para o serviço, para o médico, para a assistência, foi a Carris que acabou assumindo essas demandas num momento em que as empresas abriram mão do seu compromisso, o seu compromisso sobretudo com a população, com os usuários. Esse é o segundo empréstimo que a gente vota dentro desta Câmara de Vereadores. É importante a gente lembrar que são quase R\$ 60 milhões que as empresas do transporte da Cidade devem para os cofres públicos. No momento em que a gente está fazendo empréstimo, está-se endividando. A Carris acaba suprindo essas linhas, essas frotas nesses horários que as empresas privadas deixaram de assumir. Preocupa-me a gente não estar fazendo uma pressão, enquanto sociedade, enquanto vereadores, para que se agilize a cobrança dessa dívida de quase R\$ 60 milhões, ao invés de nós estarmos nos endividando ainda mais para depois ter uma justificativa de que a Carris gera prejuízo, de que a Carris está quebrada e, nesse sentido, a privatização. Então o nosso mandato representou já ao Ministério Público de Contas, estamos acompanhando atentamente a investigação. Fomos favoráveis a esses empréstimos, porque entendemos que, neste momento que estamos vivendo, precisamos de novas frotas, precisamos valorizar a empresa, mas como nem tudo é preto no branco, oito ou oitenta, esquerda ou direita; a gente precisa pensar também nesse sentido da valorização a partir da cobrança das dívidas, das multas. Acho que é uma discussão que já está mais do que na hora de a gente enfrentar. Nós não temos acesso ao valor da passagem antecipada da bilhetagem de ônibus, a gente não teve acesso às planilhas de transporte, a gente segue votando projetos referentes à mobilidade urbana de Porto Alegre sem ter acesso a todos os dados para termos um quadro, um cenário de qual é que é a real situação do nosso transporte da Cidade.

Temos uma passagem cara, um ônibus tri caro, tri lotado, tri demorado, uma Cidade que teve processo de quase 20 anos sem licitação, depois tivemos a licitação, e nenhum dos pontos das metas de qualidade foi cumprido. Então nós viemos postergando discussões que, para nós, são fundamentais, de transparência, de acesso aos dados e de participação popular, porque as pessoas têm uma opinião em relação ao transporte. Não adianta dizer que as pessoas estão utilizando mais o Uber em detrimento do transporte público coletivo, porque as pessoas estão fazendo uma opção realmente, só que a gente tem que tentar pensar uma estratégia conjunta, porque se todo mundo que usa o transporte coletivo for utilizar o carro, a Cidade vai parar, e o nosso trânsito já é caótico, sobretudo nos horários de pico.

Então não adianta cada um puxar para o seu lado. Nós precisamos pensar um projeto de mobilidade urbana para a nossa Cidade, que respeite, que dê prioridade

para o transporte coletivo, porque ao ser valorizado, ao ter qualidade, eu tenho certeza de que as pessoas farão a opção de utilizarem esse transporte. Era isso. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver.ª Karen Santos. Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente sessão. Convocamos as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores para a próxima quarta-feira, pelo horário regimental. A todos um bom final de tarde. Obrigado.

(Encerra-se a sessão às 15h35min.)
